



Caetano: liberalizar sem reformar

Portugal

A SOMBRA DE SALAZAR

Um estranho jogo de avanços e recuos, de audácia e timidez, caracteriza o estilo novo de governo de Portugal, criado há um ano pelo presidente do Conselho de Ministros Marcello Caetano. Desde 27 de setembro do ano passado, a única certeza que se adquire é da continuidade da linha ondulante de concessões amplamente divulgadas e restrições com divulgação menos ampla. E a pergunta que cresce a cada dia é até onde vai o poder ou o desejo de Marcello Caetano na anunciada liberalização de Portugal. As primeiras medidas foram animadoras para grupos oposicionistas: direito de voto às mulheres e a todos os adultos alfabetizados, desde que não tenham sido privados de seus direitos políticos por delito criminal; eleições livres para os centros acadêmicos e os sindicatos; regresso do exílio do líder socialista Mário Soares, prêso por treze vezes na era salazarista; menor rigidez das leis de censura (os jornais já podem noticiar acontecimentos políticos das áreas oposicionistas, embora ainda não possam criticar o Governo); a PIDE, polícia política, aconselhada a agir com mais moderação; eleições livres para o dia 28 de outubro, quando serão renovadas as quarenta cadeiras da Assembleia Nacional; e uma autonomia administrativa progressiva para as províncias ultramarinas de Angola, Guiné e Moçambique. Para os velhos grupos republicanos, socialistas e católicos liberais, cresceu uma onda de esperança alimentada por medidas animadoras e aparentemente irreversíveis.

Falta de alimento — A diferença entre

o prometido e o realizado está sendo tão violenta, que a oposição se refere à atuação do Governo como uma "demagogia liberalizante de Marcello Caetano". Depois de seu primeiro discurso, o primeiro-ministro fez um recuo gradativo, explicando-o como uma necessidade de agir com moderação, "pois ela é ainda mais imperiosa do que a necessidade de promover reformas". Na prática, essa moderação se traduz em ações que lembram os velhos tempos: a "Vigília em Nome da Paz", que 150 leigos católicos progressistas organizaram numa igreja de Lisboa, teve como consequência a expulsão de um padre espanhol acusado de participação e o interrogatório, pela PIDE, de três líderes católicos; os partidos políticos continuam sem possibilidade de se organizar; o nacionalismo africano continua sendo considerado inaceitável; para sua campanha, os candidatos oposicionistas têm apenas um mês de acesso "relativamente" livre à tribuna da imprensa; e, em maio, quinze estudantes foram presos por terem participado de um "protesto acadêmico" — novo nome para a velha greve — em que fizeram críticas ao presidente. As esperanças da oposição portuguesa estão minguando e enfraquecendo a olhos vistos por falta de alimento adequado.

Velho hábito — O que parece ocorrer é uma forte pressão dos ministros de Caetano, obrigando-o a voltar à política autoritária de seu predecessor — principalmente da parte de Alberto Franco Nogueira, um dos nomes em cogitação, durante o mês de setembro de 1968, para ocupar o lugar de Salazar. Até o último dia 4, Franco Nogueira era ministro das Relações Exteriores — um dos quatro chanceleres mais duráveis do mundo (os outros são Andrei Gromiko, da Rússia, Chen Yi, da China Comunista, Couve de Murville, da França, que também recentemente abandonou o cargo). Como ministro por oito anos, foi sempre o líder de um grupo chamado "intransigente". É um homem refratário a qualquer mudança e seu abandono do cargo, embora explicado por uma possível candidatura à Assembleia Nacional, foi cercado de boatos. Fala-se de um provável afastamento entre ele e Caetano, motivado por diferenças no grau de radicalismo. Ainda recentemente, em discurso feito na Academia de Lisboa, Franco Nogueira advertiu que o diálogo pode conduzir à anarquia generalizada e que a divergência destrói a autoridade, defendendo o uso da violência para a aplicação da lei. Com tudo isso, ele é considerado o homem forte de Portugal nas áreas salazaristas. E pode ser a resposta para os que desejam uma continuidade do estilo definitivamente salazarista, que criaram um velho hábito de quarenta anos, difícil de abandonar.

Guevara

O ANIVERSÁRIO TURBULENTO

Normalmente, os aniversários de morte são marcados por tristeza e pesar. Parentes e amigos encomendam flores e coroas, assistem a missas e vão visitar, silenciosamente, o túmulo do falecido. Mas, para os seguidores de Ernesto Guevara, as homenagens tradicionais não podiam bastar. No dia 8 de outubro (dois anos depois que o líder guerrilheiro foi metralhado pelo Major Gary Prado, em La Higuera, Bolívia), comemorações simbólicas envolveram a América Latina numa vaga de terrorismo. Bombas explodiram na Argentina, no Chile e no Uruguai. Três aviões foram seqüestrados — um brasileiro (veja à página 34), um DC-8 da American Air Lines e um argentino. Houve dois raptos na Colômbia, passeatas na Bolívia e na Venezuela. E um grande assalto, com muitos tiros, mortos e feridos, perto de Montevidéu.

Duas horas — Tudo começou quando um cortejo fúnebre penetrou lentamente na rua principal de Pando, um povoado distante 30 km da capital uruguaia. Como sempre acontece nas cidades pequenas, rapidamente as calçadas foram ocupadas pelos curiosos. Afinal, nenhuma figura importante morrera em Pando naquele dia. De repente, porém, todas as perguntas foram respondidas. Numa ação rápida e bem organizada, vinte Tupamaros abandonaram os automóveis, dispersaram os curiosos com rajadas de



Guevara: homenagens com terrorismo

metralhadora, ocuparam a chefatura de polícia e assaltaram os três bancos de Pando, levando quase 1,7 bilhão de cruzeiros velhos. Depois do roubo, os terroristas fugiram — mas não conseguiram voltar para Montevideú. Numa curva da estrada, a polícia já os esperava. O tiroteio durou quase duas horas. Resultado: uma dezena de soldados feridos, três Tupamaros mortos e quinze presos. Quando a notícia do assalto chegou a Montevideú, a Guarda Metropolitana já tinha outras preocupações. No bairro de El Cerro, operários e estudantes exigiam, com bombas e pedras, que o Presidente Jorge Pacheco Areco regularizasse "imediatamente" as atividades das companhias frigoríficas — paralisadas por ordem do Governo.

Colheitas de cana — Os terroristas argentinos não deixaram por menos. Só no dia 8 de outubro, em Buenos Aires, La Plata, Córdoba, Tucumán, Rosário e Vicente López, houve 21 atentados a bomba. Os alvos: propriedades americanas e edifícios governamentais. E, a cada bomba que explodia, as ruas ficavam repletas de panfletos criticando o Presidente Juan Carlos Onganía. Contudo, nada irritou mais o presidente argentino do que o seqüestro de um Boeing 707 das Aerolíneas Argentinas, levado à força de armas para Cuba, pela primeira vez na aviação argentina. Na Colômbia, os subversivos preferiram realizar raptos para comemorar o segundo aniversário da morte de "Che". Os escolhidos: Hermann Buff, secretário do Consulado Geral da Suíça em Bogotá, e Juan José Straessle, filho do cônsul suíço em Cáli. Evidentemente, a neutra Suíça não tem nada a ver com os problemas latino-americanos. Mas os motivos do rapto não deixaram de ser políticos: o pai de Juan José, o Cônsul Enrique Straessle, é gerente da Croydon Pacific, companhia americana, com sede na Colômbia, que exporta artigos de borracha para toda a América Latina. De qualquer modo, nem todas as comemorações foram violentas. Na Bolívia, estimulados pelas informações de que o Governo do General Ovando Candia (o mesmo que comandou a caçada a Guevara) "já estava estudando detidamente a possibilidade de reatar relações diplomáticas com Cuba", segundo o Chanceler César Velarde, os estudantes organizaram, sem que a polícia os molestasse, uma grande homenagem a "Che" na Universidade de San Andrés. Enquanto que, em Havana, Fidel Castro comemorava a data conclamando todo o povo cubano, inclusive os treze banidos brasileiros, a participar da "Grande Semana de Trabalhos Extras nas Colheitas de Cana". Contudo, nenhum lugar viveu um dia 8 de outubro tão tranqüilo como La Higuera, onde já não restam vestígios da fracassada guerrilha de "Che".

Oriente Médio

A SOLUÇÃO NO PASSADO

A ilha mediterrânea de Rhodes pode vir a ser novamente, depois de vinte anos, o cenário para o segundo encontro entre dois velhos inimigos — Israel e Egito —, como em março de 1949, quando se estabeleceu o armistício na primeira guerra entre árabes e israelenses. Esta é a sugestão de Mahamud Riad, ministro das Relações Exteriores da RAU, que considera a "Fórmula de Rhodes" aceitável para os egípcios. Logo após a abertura da XXIV Assembléia Geral da ONU, essa proposta havia sido insinuada pelos diplomatas egípcios e, na semana passada, já confirmada por Abdel Neguid, porta-voz oficial do Cairo. A grande novidade da proposta egípcia está no abandono da exigência da retirada israelense dos territórios árabes ocupados como preliminar para qualquer negociação. O Egito admite agora a discussão desse item dentro de um acordo global, atitude inesperada diante do resultado da Conferência Islâmica em Rabat, onde a decisão final foi um angustiante apelo aos Quatro Grandes, para que assegurassem a evacuação dos territórios árabes ocupados por Israel desde junho de 1967. Como os israelenses exigem a confrontação direta, e os egípcios só admitem o debate através de um mediador, a Fórmula de Rhodes seria a solução intermediária, pois dá aos árabes a impressão de negociarem indiretamente e aos israelenses a sensação de conversações diretas. Em 1949, as delegações dos dois países reuniram-se separadamente no Hotel das Rosas e as discussões se estabeleceram através do mediador da ONU, o americano Ralph Bunche, sem contatos diretos. No mês passado, porém, em entrevista à imprensa, U Thant revelou que Bunche, naquela época, havia conseguido que as duas delegações se entendessem diretamente.

Fora de discussão — No provável encontro que poderá ocorrer em Rhodes, ou em outro local, mas com o mesmo "espírito" da Fórmula, serão discutidas as bases para a aplicação da resolução do Conselho de Segurança da ONU, de 22 de novembro de 1968. Nessa ocasião, reconhecendo a situação tensa e peri-

gosa do Oriente Médio, o Conselho de Segurança convocou seus quinze membros e, após quase um mês de debates, optou por uma das quatro resoluções apresentadas. Entre a proposta da Índia, Mali e Nigéria, a da União Soviética, a dos Estados Unidos e a da Grã-Bretanha, foi aceita por unanimidade a dos ingleses. No dia seguinte, o embaixador sueco em Moscou, Gunnar Jarring, sessenta anos, foi designado como mediador. A resolução determinava os principais pontos a serem discutidos: retirada das tropas israelenses dos territórios ocupados em junho de 1967, reconhecimento árabe da soberania e independência política de Israel, liberdade de navegação nas rotas marítimas internacionais, solução justa ao problema dos refugiados palestinos e estabelecimento de fronteiras "firmes e reconhecidas" nos países da região. A divulgação desta resolução desagradou ao Egito e a Israel. Nasser declarou que a RAU não reconheceria



Chanceleres do Egito (à esquerda) e Israel: frente a frente, algum dia?

continuar a lutar pelo direito de existir em paz e com honra, consolidando posições conquistadas, ainda que através da luta. A retirada dos territórios ocupados estava fora de discussão, a menos que os árabes aceitassem negociações diretas com Israel.

Compreensão — O conflito continua, mas agora parece surgir uma abertura. Os egípcios, atribulados com problemas internos (doença de Nasser, mudança nos comandos militares, expurgo de oficiais e jornalistas), querem conseguir um acerto que, pelo menos, lhes dê a tranqüilidade de um relacionamento pacífico com o adversário. Com isto não concorda a organização guerrilheira Al-Fatah, contrária a quaisquer tipos de negociações, que considera como um "reconhecimento de derrota", e, portanto, inaceitáveis. Esse radicalismo, porém, parece não afetar Israel. Abba Eban, seu ministro das Relações Exteriores, declarou em Londres, na semana passada, que Israel está disposto a negociar com os árabes, sem condições prévias. E se estas negociações começarem, Israel definirá aquilo que considera seus "interesses vitais e indispensáveis".